

Lula vai a Brasília e se reúne com Lira para tratar de orçamento e apoio

NOVA ADMINISTRAÇÃO

Lula se reúne com Lira hoje para tratar do futuro governo

Presidente eleito busca ampliar apoio enquanto deputado tenta manter poder na Câmara e sobre orçamento secreto

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, estará em Brasília hoje para comandar a transição e se encontrar com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em momento crucial para os dois. De um lado, Lula quer negociar uma licença para gastar e começar a cumprir as promessas de campanha. E Lira tenta atrair apoio do PT para a sua reeleição no comando da Câmara, em 2023, além de manter o poder sobre as emendas do orçamento secreto.

A possibilidade de acordo entre os dois é minada por disputas internas e divisões que já ocorrem na equipe do futuro governo. Também deve ser agendada reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, na semana.

– A conversa será boa. Ambos no clima, hora de colocar água fria e apaziguar ânimos – disse o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), um dos petistas escalados para fazer a ponte entre Lula e Lira.

Os dois conversaram por telefone no domingo do segundo turno, no último dia 30, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarar Lula eleito. Segundo aliados do presidente da Câmara, o tom da conversa foi cordial e positivo.

Tanto Lira quanto seu pai, Benedito, ex-senador, foram por longo tempo aliados dos governos do PT no Congresso. O telefonema começou com Lula perguntando da saúde do pai do parlamentar, o que animou e “desarmou” o deputado, de acordo com interlocutores.

O presidente eleito foi aconselhado a recuar de ataques já feitos e virar a chave para um acordo com o centrão em nome da governabilidade. Esse recado foi dado pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) a Lula no segundo turno, conforme relato dele ao líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), aliado de Lira.

Lula passou a considerar dar transparência às indicações das emendas, mas mantendo o poder dos parlamentares na destinação dos recursos, com período de transição. O governo não vai mexer nas emendas de 2023 e começará a negociar o futuro dos recursos nos próximos anos.

Nos bastidores, parlamentares dizem que Lula precisará chegar com uma definição: se “abraça” Lira e já negocia o orçamento de 2023 em troca do apoio ao presidente da Câmara ou se incentiva outra candidatura ao comando da Casa. Se o segundo caminho for escolhido, é preciso começar a atrair quem pode desembarcar do apoio a Lira, que hoje tem maioria na Câmara, avisam aliados.

Nomes mais citados para tentar desbancar Lira são os deputados Isnaldo Bulhões (MDB-AL), Marcos Pereira (Republicanos-SP), Aginaldo Ribeiro (PP-PB) e Luciano Bivar (União-PE). Parlamentares avisaram Lula que o PT não pode cometer erro de governos anteriores, quando lançou candidatura própria e foi derrotado.

– Defendo uma pacificação, seja ela qual for, em nome da governabilidade – afirmou o deputado Fausto Pinato (PP-SP).

Legendas

Além disso, para o PT, a menor fragmentação de legendas no parlamento ajuda na cooptação de apoio e formação de maioria, contribuindo para a governabilidade. A reorganização partidária já teve efeito no primeiro turno da eleição, quando o número de partidos eleitos na Câmara caiu de 30 para 19. Coligações entre legendas não foram permitidas nas eleições proporcionais, reduzindo os efeitos dos puxadores de voto nas siglas que participaram de federações.

A tendência é de que o número de partidos que podem pesar na balança no Congresso diminua ainda mais no próximo ano. Com a meta de ampliar o acesso a cargos estratégicos da Casa, aumentar o fundo partidário, valorizar o passe nas negociações ou driblar a cláusula de barreira, União Brasil, PP, PSDB, Cidadania, Podemos e MDB discutem uniões.

Para o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), as fusões e federações facilitam o diálogo:

– FHC (Fernando Henrique Cardoso) governou com dois ou três grandes partidos, Lula com quatro e Dilma (Rousseff), que sofreu impeachment, com 28. A pulverização é péssima.



DAN WINGERT, CONTRASTO/REUTERS/ISTOCKPHOTO

MONTAGEM FINALIZADA NO CENTRO CULTURAL DO BANCO DO BRASIL

A montagem para sediar o governo de transição no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB) foi finalizada. Já estão preparados em Brasília os gabinetes reservados para o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e para o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin. Além das salas reservadas à chapa eleita, o novo governo terá à disposição 15 gabinetes para as demais autoridades, quatro salas de reuniões e um coworking para 39 pessoas. Computadores, telefones e impressoras estão devidamente instalados. Quem comanda a parte administrativa da transição pelo lado do atual governo é o secretário especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência, Clovis Curado. Integrantes do governo eleito passaram pelo CCBB para conferir a estrutura montada.

– A estrutura é boa. A inteligência ainda está em São Paulo, articulando fora daqui – brincou o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Equipe de transição defende envio de PEC

A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), decidiu adotar o “plano A” e apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) solicitando ao Congresso uma licença para o novo governo gastar e cumprir parte das promessas de campanha depois da posse, entre elas o Auxílio Brasil de R\$ 600 e o aumento real do salário mínimo. A decisão foi tomada por integrantes da cúpula de transição com o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), em uma reunião realizada no domingo, em São Paulo.

– A PEC dá mais segurança jurídica e política ao país – disse o deputado José Guimarães (PT-CE) após a reunião com o vice-presidente eleito.

Estará nas mãos do presidente eleito bater o martelo se realmente vai apresentar a PEC para ser votada pelo Congresso ainda neste ano ou vai optar pelo “plano B”, esperar a posse e abrir um crédito extraordinário no orçamento para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 600.

Há ainda um “plano C”: usar o recurso que já tem no orçamen-

to, manter o benefício no valor de R\$ 600 e pedir um crédito suplementar ao Congresso quando o dinheiro acabar, no próximo ano, por meio de um projeto de lei. Lula se reunirá com Alckmin e integrantes da área econômica da transição na manhã de hoje, na sede do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

Na semana passada, a PEC foi criticada por aliados de Lula, incluindo o senador Renan Calheiros (MDB-AL), por forçar o petista a ficar refém do centrão antes mesmo de tomar posse, pois a nova administração terá de negociar os votos da proposta com o Congresso imediatamente.

Mensagem

No domingo, o ministro-chefe da Casa Civil do governo Jair Bolsonaro, Ciro Nogueira, havia criticado publicamente o “plano B” de Lula e a possibilidade de um crédito extraordinário sem autorização prévia do Congresso. Uma “canetada” com aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para esticar os gastos em 2023, como

chegou a ser cogitado, poderia deixar Lula nas mãos do presidente da Câmara, responsável por avaliar pedidos de impeachment.

A mensagem do ministro foi recebida nos bastidores como tentativa de defender a PEC e forçar Lula a fazer um acordo com o centrão e apoiar a reeleição de Lira ao cargo. Nogueira comanda o partido de Lira e reassumirá uma cadeira no Senado em janeiro.

– Ele vai ficar até o último dia atirando, mas para nós é indiferente – disse o deputado Enio Verri (PT-PR), que comanda a bancada do PT na Comissão Mista de Orçamento, sobre a fala de Nogueira.

Articuladores do governo Bolsonaro ainda resistem a apoiar a PEC da Transição e querem estabelecer condições para a medida. Uma delas é definir um valor fixo de gasto extra que Lula terá em 2023.

– Não conheço quem é o ministro da Economia que vai avalizar, não conheço a proposta, nem os valores – disse o líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ). – Sem ministro, sem proposta, sem valores, sem conversa.

